

EDITORIAL

6ª EDIÇÃO

O primeiro quadrimestre do ano de 2025, apresenta-se como um ponto de inflexão para o processo de internacionalização da ESMA/PB, pois nesta 6ª edição da Revista Cognito é possível identificar a presença de artigos científicos de renomados pesquisadores internacionais.

Sendo assim, a partir das reflexões apresentadas nos textos que seguem, a perspectiva cada vez mais acadêmica, social e democrática é identificada de maneira especial.

No decorrer dos textos, o leitor será capaz de identificar a responsabilidade científica que a ESMA/PB assumiu, visto que os textos retratam realidades sociais que precisam ser questionadas e discutidas.

No primeiro artigo, o leitor compreenderá os desafios relacionados com à propriedade de recursos minerais espaciais, visto que a legislação nacional de alguns países rompe com o regime do Tratado do Espaço Exterior e, portanto, observa-se que os regulamentos legais internacionais são vagos e as teorias existentes não podem garantir e promover o desenvolvimento dos recursos do espaço sideral. Dessa maneira, será possível compreender que a chave para aperfeiçoar a propriedade dos recursos minerais espaciais recuperados é determinar, de acordo com o sistema espacial da ONU, que o país em recuperação deve ser o primeiro sujeito de direitos sobre os recursos minerais espaciais recuperados e entidades privadas ou organizações não governamentais podem reivindicar a propriedade ou usar os benefícios com base nisso (direitos de propriedade).

Na mesma perspectiva de direito internacional, no segundo artigo, será possível acompanhar a reflexão sobre o novo marco regulatório das criptomoedas, com pertinentes explicações acerca do funcionamento do “blockchain”, do tratamento jurídico das corretoras que lidam com a venda e demais questões jurídicas relevantes, fazendo uma comparação do tratamento legal do Brasil (por meio da Lei nº 14.778/22) com outros países ao redor do mundo.

O terceiro artigo científico traz um cenário social e democrático importante, pois indica a reflexão da festa de Nossa Senhora da Conceição no

morro da Conceição na cidade de Recife-Pernambuco. O artigo discute questões de poder e política na cidade do Recife e sua relação direta com a população que habita o morro da Conceição.

Em seguida, o quarto artigo tem como objetivo principal o estudo os contratos de locação com seguro-fiança, e seu objetivo geral foi evidenciar os pressupostos da hipossuficiência dos locatários pessoas físicas em face das seguradoras e das imobiliárias em tais contratos de locação, com vistas a fundamentar a possibilidade jurídica de inversão do ônus da prova nos processos judiciais relacionados.

O quinto texto discute aspectos da responsabilidade do direito à saúde como direito humano e suas implicações na formulação de políticas públicas. Em seguida, analisa as obrigações estatais relativas à promoção desse direito, destacando a distinção entre o direito de estar saudável e o direito a condições adequadas de saúde. O texto explora, em primeiro plano, a concepção do direito à saúde como direito humano e suas implicações na formulação de políticas públicas. Em seguida, analisa as obrigações estatais relativas à promoção desse direito, destacando a distinção entre o direito de estar saudável e o direito a condições adequadas de saúde.

Por fim, o sexto artigo discute que a aprovação e regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti reforça juridicamente o argumento de que tal cercamento constitui uma técnica construtiva hostil que viola o direito à cidade, especialmente para os migrantes que outrora habitaram a área. Metodologicamente, o artigo combina a análise da cobertura jornalística da ocupação e despejo de migrantes venezuelanos da Praça Simón Bolívar com uma revisão da literatura sobre o direito à cidade e a arquitetura hostil. A primeira seção inclui documentação fotográfica da ocupação, despejo e processo de renovação caracterizado como segregatório.

Nesse sentido, a presente edição busca auxiliar os/as integrantes do Judiciário, os/as pesquisadores/as, os/as estudiosos/as e toda a sociedade neste processo de ressignificação contínua da Ciência.

Boa Leitura!

Milena Barbosa de Melo

Editora Chefe